

A Técnica de Análise de Conteúdo

João da Silva Amado *



O objectivo deste texto é o de sistematizar e oferecer um conjunto de orientações práticas sobre a técnica da *Análise de Conteúdo*, elemento importante do conjunto das metodologias de investigação social. Abordamos, em primeiro lugar e de forma breve, os diferentes passos da análise sistemática de um *corpus* documental; detemo-nos um pouco mais nas questões da categorização e do tratamento estatístico; finalmente, chamamos a atenção para o problema do equilíbrio necessário entre a quantificação e a análise qualitativa, reforçando a ideia de que esta não seja escamoteada com desrespeito pelos testemunhos vivos e vívidos que foram confiados ao investigador.

Introdução

A história da Análise de Conteúdo⁽¹⁾ remonta já aos tempos da 1ª Grande Guerra, como instrumento de propaganda política; na 2ª Grande Guerra foi utilizada na análise de jornais, com o intuito de detectar indícios da propaganda nazi nos meios de comunicação norte-americanos sendo de sublinhar, nesta perspectiva, a obra de LASSWELL e LEITES (1949).

A partir de então, com mais ou menos hesitações de carácter epistemológico e metodológico, a A.C. tem sido aplicada em muitos campos

das Ciências Humanas, sendo hoje rara a investigação que, de modo exclusivo ou combinado com outras técnicas, como meio para a construção de outros instrumentos, ou como metodologia central, não faça dela algum uso.

Em que consiste? Em essência, trata-se de uma técnica que procura “arrumar” num conjunto de categorias de significação o «conteúdo manifesto» dos mais diversos tipos de comunicações (texto, imagem, filme); o primeiro objectivo é, pois, proceder à sua descrição objectiva, sistemática e, até, quantitativa (BERELSON, 1954). Mas através desta descrição procura-se ir mais além e atingir, por um processo inferencial⁽²⁾, as condições de produção das comunicações em análise; entendemos por essas «condições», as intenções, representações, pressupostos e “quadros de referência” da fonte de comunicação (HOGENRAAD, 1984), bem como certas variáveis: sexo, idade, classe social,

* Doutor em Ciências da Educação. Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Colaborador nas Escolas Superiores de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca e Bissaiá Barreto.

(1) De agora em diante será designada por A.C.

(2) Inferência: “Refere-se à operação pela qual se aceita uma proposição em virtude da sua relação com outras proposições já aceites como verdadeiras” (RICHARDSON, 1989, p. 177).

momento histórico, etc.. (HOLSTI, 1969; BARDIN, 1977). Procurar-se-á, então, encontrar resposta a questões como estas: o que leva a formular determinada proposição? Quais são as causas ou antecedentes de uma mensagem? Quais os possíveis efeitos de uma mensagem? (RICHARDSON, 1989). Sabemos quanto é crítico o processo interpretativo; mas, sem a inferência a investigação ficaria a meio caminho já que registar a quantidade de informações e fazer em torno delas os mais variados tipos de cálculos, não é fazer, ainda, um trabalho interpretativo e no quadro das metodologias qualitativas.

Podemos, pois, dizer que o aspecto mais importante da A.C. é o facto de ela permitir, além duma rigorosa e objectiva representação dos conteúdos das mensagens, o avanço fecundo, à custa de inferências interpretativas derivadas dos quadros de referência teóricos do investigador, por zonas menos evidentes que constituem o referido “contexto de produção”. Julgamos que é este aspecto que permite aplicar criativamente a A.C. a um leque variado de comunicações, muito especialmente sobre aquelas que traduzem visões subjectivas do mundo, de modo a que o investigador possa «*assumir o papel do actor e ver o mundo do lugar dele*» (BLUMER, 1982, p. 35), como propõe a investigação de cariz interaccionista e fenomenológico.

A Análise de Conteúdo e o desenho da investigação

Para se proceder à análise percorre-se, habitualmente, um conjunto de fases preestabelecidas que emprestam à técnica o rigor e a profundidade possível, ao mesmo tempo que exigem uma total explicitação de todos os seus passos. Esses passos são guiados pela preocupação de responder a questões teóricas variadas e formuladas sobre os textos em análise, consoante o estudo que pretendamos efectuar é de natureza estrutural, diferencial ou funcional.

– *Estudo estrutural*: o objectivo destes estudos é o da análise das ocorrências, e a questão central pode ser formulada deste modo: «com que

frequência ocorrem determinados objectos (– o que acontece e o que é importante)? Ou, de outro modo, quais as suas características e atributos? (VALA, 1986, p.108).

Procura-se, pois, pôr em evidência a regularidade dos fenómenos e/ou das suas características (sem relação com variáveis independentes) – o que leva à classificação dos objectos em estudo através da análise taxionómica. Os objectivos desta análise podem ser de ordem vária, como, por exemplo: descrever e elucidar as características da comunicações em análise (entrevista, documentos escritos), comparar mensagens da mesma fonte em tempos diferentes, comparar mensagens da mesma fonte para audiências distintas, comparar mensagens em situações distintas para a mesma audiência.

– *Estudo diferencial*: a questão que se coloca é a de saber: «a que regularidade obedece a associação ou dissociação entre os objectos (a estrutura de relações entre os objectos)» (VALA, 1986, p. 108), ou entre os objectos e as variáveis contextuais?

Dito de outro modo, estamos diante da questão clássica em investigação que é a de saber em que medida o factor X influencia o fenómeno Y. Para responder a esta questão há que proceder a análises sistemáticas que, contrariamente às análises taxionómicas, pressupõem a elaboração de hipóteses, nas quais as variáveis independentes que caracterizam os factores pré-existentes ao conteúdo, (as “condições de produção”), determinam as variáveis dependentes, ou características deste conteúdo (LASSARRE, 1978). Na prática põem-se, então, os problemas de operacionalização das variáveis independentes. No caso dos estudos diferenciais, de que estamos a falar, estas variáveis independentes são “naturais”, isto é, escolhidas dentre as modalidades dos fenómenos tal como existem no terreno (idade, sexo, profissão, meio sócio-económico, ano de escolaridade).

– *Estudo funcional*: a problemática destes estudos é semelhante à dos estudos diferenciais; a distinção reside no facto de as condições de produção do discurso (variáveis independentes)

serem provocadas pelo investigador (por exemplo, o estudo comparativo das narrativas de um incidente feitas pelo aluno a um colega e ao director de turma).

Frente a estas possibilidades torna-se, pois, fundamental explicitar em que perspectiva o investigador se propõe avançar na análise e quais os objectivos do estudo (RODRIGUES, 1998).

O processo de categorização e codificação

Em qualquer modalidade dos estudos referidos, os passos da categorização e codificação são relativamente idênticos; vamos designá-los e ordená-los do seguinte modo, admitindo contudo, na prática, alguma flexibilidade na sequência:

1 - *Definição de objectivos do trabalho*: são eles que condicionam todas as decisões a tomar posteriormente.

2 - *Explicitação de um quadro de referência teórico*: este quadro (em geral, dependente da revisão bibliográfica), permitirá o trabalho explicativo e interpretativo do pesquisador. Pode tratar-se de teorias restritas e limitadas (por exemplo, os diferentes modelos de formação de professores formulado por um determinado autor), ou, pelo contrário, de teorias bastante abrangentes (o Funcionalismo, o Interaccionismo Simbólico, a Etnometodologia ...), nas quais o analista quer fazer inscrever a sua interpretação.

3 - *Constituição de um "corpus" documental*: são os objectivos que determinam a razoabilidade do tamanho da amostra. DAVAL (1963, p. 479), preconiza «que seja suficientemente grande a quantidade de textos a analisar», mas nem sempre esta exigência tem de ser satisfeita. Os documentos (que devem ser identificados com um número ou letra) podem ser "naturais" se pré-existent em relação à análise (material de arquivo, por exemplo); "provocados" se resultam do próprio processo de investigação (transcrição de entrevistas, composições, etc.). Na constituição deste corpo há que ter em conta a:

- exaustividade: levantamento completo do material susceptível de ser utilizado;

- representatividade: os documentos devem ser um reflexo fiel de um universo maior;
- homogeneidade: os documentos devem referir-se a um tema e possuir outras características semelhantes, tais como, terem sido produzidos com a mesma técnica (por ex. entrevistas);
- adequação: devem ser adequados aos objectivos da pesquisa;

4 - *Leituras atentas e activas*: várias leituras sucessivas, verticais, documento a documento, cada vez mais minuciosas, a fim de possibilitar uma inventariação dos temas relevantes do conjunto, ideologia, conceitos mais utilizados, etc. Convém fazer estas leituras sobre cópias de modo a se registarem anotações à margem. Julgamos ser, ainda, nestas leituras que o analista pode dar conta de um subconjunto de áreas temáticas que poderão emprestar diversos rumos à análise, sobretudo se o tema inicial for muito abrangente e a recolha de dados se traduzir em grande volume (como acontece, habitualmente numa observação participante ou em entrevistas semi-directivas).

5 - *Formulação de hipóteses*: esta questão coloca-se se as hipóteses estiverem na base da codificação — estudos diferenciais e funcionais. Em estudos estruturais e exploratórios pode não haver lugar para a formulação de hipóteses prévias. Em qualquer dos casos é sempre necessário um profundo conhecimento teórico da temática em estudo.

6 - *Codificação*: ou seja, «o processo pelo qual, os dados brutos são transformados e agregados em unidades que permitem uma descrição exacta das características relevantes do conteúdo» (HOLSTI, 1969, *apud* BARDIN, 1977, p. 103). É evidente que tem de se definir, com antecedência, o que vamos considerar como «as características relevantes do conteúdo»; para isso deve servir o quadro de referência teórico.

Por sua vez, esta codificação é um processo faseado de decisões e acções que deve ser adaptado às características do material a estudar, dos objectivos do estudo, e das hipóteses formuladas (caso as haja). Trata-se de um processo de esarteamento

do texto e do seu sentido imediato, visível, com o objectivo de se descortinarem outros sentidos. Como diz PAIS (1993, p. 86), “se é verdade que toda a lógica de discurso, todo o contínuo da fala detém uma espécie de força de segurança que deriva do seu próprio encadeamento discursivo, também é certo que a A.C. é o estilhaçar dessa unidade encadeada; é um desvendar de sentido mas ao mesmo tempo um despedaçar desse mesmo sentido; é uma sequência de fragmentos cortados, o esquartejamento de uma unidade de sentido que dá lugar, subrepticamente, a outros sentidos (interpretativos)”.

As fases da codificação consideradas, habitualmente, são as seguintes:

A - *Determinar as Unidades de Registo ou de Significação* – Há que tomar uma decisão (tendo em conta os objectivos do trabalho e, por consequência, também a natureza do material a analisar), sobre o que se vai procurar: *palavras*, *proposições* (leitura literal), *temas* (leitura interpretativa) e *acontecimentos* (incidentes críticos). No primeiro caso podem ser todas as palavras de um texto, certas palavras-chave, ou certas categorias como verbos, substantivos, adjectivos, etc.. Por *proposição* (ou ideia), entende-se como D’Unrug (1974, *apud* Estrela, 1974, p. 467) «uma afirmação, uma declaração, um juízo (ou uma interrogação ou negação), em suma, uma frase ou um elemento de frase que, tal como a proposição lógica, estabelece uma relação entre dois ou mais termos». Por *temas* entendem-se unidades de dimensões imprecisas, uma vez que se trata de realidades de ordem psicológica e não linguística, o que cria algumas dificuldades no seu recorte e delimitação (ERICKSON, 1989); com efeito, no recorte do tema podem caber várias proposições de natureza desigual e no sentido de descrever, em torno da mesma ideia, práticas, comportamentos, perspectivas, atitudes e valores. *Incidentes críticos* são os registos feitos a partir da observação (nas situações) ou de entrevista (registo retrospectivo), de actividades humanas observáveis, de tal forma completos que através deles «se possam fazer induções ou previsões sobre o individuo que realiza a acção» (FLANAGAN, 1954, *apud* ESTRELA e ESTRELA, 1978, p.13).

A partir daí está-se apto a proceder ao seu recorte sobre o texto (e, ou, transcrição para fichas).

B - *Determinar a Unidade de Contexto* – O que permite apreender o significado exacto da Unidade de Registo, sem que se deixem de revelar as opiniões, atitudes e preocupações dos seus autores. A possibilidade de regressar ao contexto de qualquer unidade de registo deve ser sempre assegurada, para esclarecer qualquer dúvida durante o processo de recorte e reagrupamento das unidades de registo. Numa entrevista, a unidade de contexto pode ser a questão posta; numa pequena composição-ensaio, pode ser a própria composição; num diário, o contexto pode ser o dia do registo. Para uma palavra a unidade de contexto pode ser a frase; para o tema pode ser o parágrafo.

C - *Determinar a Unidade de Enumeração ou Contagem* – Trata-se de definir os critérios que determinam o como contar (todas as vezes que a mesma unidade aparece no mesmo contexto? Ou uma só vez?), e o que contar (por exemplo, a presença ou a ausência de certas unidades de registo). É evidente que, tal como nas fases anteriores, se trata de decisões que têm a ver com o plano e objectivos da investigação (veja-se à frente o subcapítulo “análise estatística”).

D - *Categorização* – Esta é como diz BARDIN (1977, p. 117), “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia) com os critérios previamente definidos”. Destes critérios fazem parte as fases A, B e C anteriormente referidas e a definição de cada categoria, se elas já existirem previamente (“categorias *a priori*”); se o objectivo é que as categorias resultem, indutivamente, a partir da análise do corpo documental, — categorias *a posteriori* — então têm de ser construídas e definidas por um esforço pessoal de trabalho interpretativo mas, também, com a influência mais ou menos evidente do quadro teórico de referência que preside aos objectivos e planos da investigação.

A categorização é a fase mais problemática desta técnica, mas também a mais criativa. HOGENRAAD considera a categoria constituída por “uma palavra chave que indica a significação central de um

conceito que se pretende delimitar e por sinónimos ou indicadores que descrevem a proximidade ou a constelação semântica desse conceito” (HOGENRAAD, 1984, *apud* VALA, 1986, p. 110). A palavra-chave que traduz a categoria deve ser escolhida de modo a representar, com exaustividade e precisão, o sentido dos indicadores, isto é, do *item* ou conjunto de *itens* que explicitam as características da comunicação a abranger nessa mesma Categoria — por isso o mesmo autor chama à A.C. “uma técnica de compressão dos dados”. A elaboração de um conjunto de subcategorias pode ser um recurso para explicitar melhor todo o sentido da categoria.

Na prática, as primeiras leituras da documentação permitem um esboço preliminar das áreas temáticas e do sistema de categorias possível. A passagem deste esboço a resultados progressivamente mais refinados, satisfatórios e definitivos, implica, também, a passagem das leituras verticais dos documentos (a *diferenciação* de que fala a definição de BARDIN, 1977, p. 177), às leituras horizontais, permitindo a «comparação constante» das unidades de significação (palavra, proposição, tema ou incidente) com sentido igual ou próximo entre os diversos documentos (o *reagrupamento*, segundo a mesma citação). Neste confronto comparativo se decide, então, qual a *palavra chave* ou a expressão curta e abrangente com que se designará a categoria, quais as sub-categorias que especificarão as suas qualidades, quais os indicadores que traduzirão o mais adequada e exaustivamente o sentido das unidades de registo; aqui se começa, também, a identificar as unidades de registo que, pela riqueza ou especificidade de conteúdos, poderão e deverão vir a ser citadas nas fases de exposição e de interpretação.

Esta prática exige grande atenção, boa memória e muita paciência para revisões constantes, num processo que, embora rigoroso, não deixa de ser de tentativa e erro e que implica «um envolvimento criativo com o “tema” da investigação» (QUICKE, 1996, p. 103; cf. HAMMERSLEY e ATKINSON, 1994). Quando o corpo documental é extenso, aconselha-se a que, depois das leituras referidas, se retome o trabalho apenas sobre uma amostra representativa

dos documentos (10 a 20%), até se chegar a uma grade de categorias que nos pareça satisfatória. Na posse desta, será mais fácil analisar todo o corpo documental (reinsere-se a amostra) sem, contudo, deixar de parte os constantes aperfeiçoamentos e acrescentos. Existem programas de computador que muito podem auxiliar nesta tarefa, como o Nudist (Non Numerical Unstructured Data Indexing Searching and Theorizing); se estes não estiverem disponíveis, o trabalho tem de ser feito de modo «artesanal», com fichas manuais, ou operando com sucessivas cópias e aproveitando a capacidade que o computador possui de ordenar parágrafos por ordem numérica ou alfabética.

Como já disse, o trabalho de interpretação que é preciso fazer dos textos, quer no que respeita à delimitação da unidade de registo, quer na sua colocação sob certos indicadores e não noutros, exige muita atenção e boa memória. Devido a estas dificuldades que traduzem a necessidade de rigor e de objectividade, há quem aconselhe a fazer tabelas de significações, com todas as unidades de registo e o indicador que as compreende, o que permite uma mais fácil comparação durante o processo de análise; nas fases de síntese e de apresentação, estas tabelas, a existirem, contrariam a exigência de concentração dos dados.

Da natureza dos indicadores, pelo que eles emprestam de sentido à comunicação, depende a maior ou menor riqueza do estudo. É o conjunto de sub-categorias, e respectivos indicadores, que constitui uma definição operacional⁽³⁾ e “compreensiva” de cada categoria, definição válida em função dos critérios que presidem à análise.

Regras da categorização

A formulação das categorias obedece a seis regras fundamentais que o investigador deve ter em conta nas diferentes fases da codificação e nas múltiplas revisões dos resultados a que vai chegando:

⁽³⁾ “A definição operacional de um comportamento, de um factor, etc. é o enunciado dos processos que permitem medi-lo, produzi-lo, ou simplesmente reconhecê-lo entre outros”, PIERON, Vocabulário de Psicologia, *apud* BIRZEA, C., 1986, Operacionalizar os Objectivos Pedagógicos, Coimbra Editora, pág. 20.

Exaustividade – cada categoria deve abranger por completo o conjunto das unidades de sentido que se coloca sob o seu tecto. Esta regra exige a escolha de uma palavra-chave adequada e a reformulação da definição de cada categoria. Igualmente exaustivo deve ser o Sistema das Categorias, resultante no final — isto é, deve abranger todos os itens relevantes para o estudo presente no corpo documental.

Exclusividade – uma unidade de registo não deve pertencer a mais do que uma categoria, sendo de boa prática, como aconselha HOLSTI (1969), explicitar os indicadores das unidades a incluir em cada categoria a fim de “tornar certos os resultados discutíveis”.

Homogeneidade – um sistema de categorias deve referir-se a um único tipo de análise, não devendo, portanto, misturar-se diversos critérios de classificação.

Pertinência – um sistema de categorias deve ser adaptado ao material em análise e aos objectivos da investigação.

Objectividade – deve evitar-se a subjectividade na sua formulação tornando-a utilizável, de igual modo, por vários investigadores — o que implica uma definição sistemática dos critérios utilizados nas mais diversas decisões a tomar na fase da codificação.

Produtividade – deve oferecer a possibilidade de uma análise fértil, criadora de um discurso novo, mas adequado e coerente com os dados (GHIGLIONE e MATALON, 1992).

Conteúdos categorizáveis – As categorias formuláveis podem abranger várias áreas do conteúdo dos textos em análise, dependendo da complexidade destes e, sobretudo, dos propósitos de quem analisa. Se os objectivos forem essencialmente exploratórios, julgamos que se podem constituir vários sistemas de categorias configurados em áreas diversas como as que a seguir se referem (DUVERGER, *apud* MARCONI, 1988):

- *Da matéria*: temas tratados (notícias, aspectos educativos, comportamentos, ideias-chave na resposta a um questionário, etc.); métodos ou técnicas utilizadas (meios

económicos, estratégias de ensino, estratégias de disciplinação).

- Da forma: da forma propriamente dita (factos e comentários).
- De apreciações e valorizações da fonte relativamente a certos conteúdos: aprovação/reprovação; optimismo/pessimismo; afirmação/negação.
- Valores: bem/mal; justo/injusto; feliz/infeliz.
- Interesse e motivações.
- Status pessoal e traços de carácter.

Do conjunto das fases anteriores resulta um sistema de categorias exaustivo com que se condensam (classificam, catalogam, codificam, distribuem, correlacionam) e apresentam os dados, agora com um sentido cuja validade importará controlar. Trata-se *de uma espécie de estrutura ideal em que todas as categorias estão reunidas e nos dão uma visão holística e uma unidade genérica* das características do corpo documental, e nos permite descortinar consensos, oposições, contradições e clivagens no interior das condições de produção dos documentos em análise. Estamos diante, pois, da operacionalização de uma teoria, valendo tanto quanto esta vale (BERELSON, 1954), ou da linha de partida empírica para uma teorização.

Controlo da validade e da fidelidade da codificação

Sem entrarmos nas polémicas sobre as questões da validade e da fidelidade na investigação qualitativa, diremos que o objectivo desta fase é garantir ao investigador que fala do que quer falar, mede o que quer medir.

Há, com efeito, necessidade de se ficar com a certeza (e de a demonstrar) de que as categorias elaboradas pelo analista traduzem o verdadeiro sentido dos dados; que elas foram correctamente definidas e de um modo tão operacional que, outro analista, utilizando essas mesmas definições, faria a mesma análise.

A literatura recomenda vários processos, sendo o mais comum aquele que implica a colaboração de

juizes externos. Solicita-se a uma ou duas pessoas que, partindo de um bom conhecimento do nosso sistema de categorias e respectivas definições (isto é, dos nossos critérios de análise), proceda à categorização de uma amostra aleatória do corpus documental. Comparam-se, então, as codificações destes colaboradores com a realizada pelo investigador. Uma vez realizada essa análise procede-se a um cálculo, tendo em conta os acordos e o desacordos, utilizando-se uma entre várias fórmulas possíveis; a mais simples talvez seja a seguinte (DAVAL, 1963; VALA, 1986):

$$F = \frac{2(C1.2)}{C1+C2}$$

Quer dizer: o dobro do número de acordos entre os codificadores (C1.2) é dividido pelo total de categorizações efectuadas por cada um (C1+ C2). Se o resultado rondar os 0,80 já se pode considerar satisfatório.

É evidente que a fidelidade dos resultados depende em grande parte da experiência e do conhecimentos dos codificadores e de uma correcta formulação e definição das categorias.

Análise estatística

Para além dos argumentos que defendem que a A.C. deve visar apenas uma análise qualitativa, ou, pelo contrário, que se deve limitar a uma análise quantitativa (MOSTYN, 1985), julgamos que esta última se deve efectuar quando a natureza dos dados e dos objectivos da investigação forem coerentes com ela. Com efeito, é possível manter a A.C. na charneira entre o quantitativo, (cálculo de frequências, percentagens, correlações, análise factorial, etc., em função das distribuições da amostra e das hipóteses levantadas), e o qualitativo (descrição das características independentemente da sua frequência relativa no texto), podendo assegurar-se um equilíbrio entre as duas tendências ou caíndo para um ou outro dos lados, consoante as exigências e os objectivos da investigação.

A tendência para o equilíbrio entre as duas tendências justifica-se pelo facto de a contagem da frequência dos indicadores — (quando em função dos objectivos e do corpo documental) — conferir à análise uma riqueza complementar de grande significado, podendo apresentar-se, na fase da interpretação, como medida da importância, atenção ou ênfase, concedida a um determinado objecto da comunicação (KRIPPENDORFF, 1990).

Ainda conforme os objectivos do investigador e o «desenho» da investigação, poderão ser feitas análises quantitativas das “ocorrências”, “avaliativas” ou “estruturais”.

Na «análise de ocorrências», a hipótese implícita é a de que «quanto maior for o interesse do emissor por um dado objecto maior será a frequência de ocorrência, no discurso, dos indicadores relativos a esse objecto» (VALA, 1988, p. 118). A ausência de determinados indicadores também pode ser significativa, como esclarece RICHARDSON (1989) de modo muito claro: suponhamos que a partir de um determinado corpo documental (ou de uma teoria pré-existente), se estabelece uma relação de referência que inclui os seguintes elementos: “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”; com base nesta relação analisa-se um documento particular, verificando que estão presentes os elementos: “a”, “c”, “d” e “f”. A dita presença pode ter um significado importante para o estudo das características de uma mensagem; da mesma forma, a ausência dos elementos “b” e “e” pode ter implicações fundamentais. De facto, estas ausências, em entrevistas «clínicas», por exemplo, podem reflectir um bloqueio mental e a ocultação consciente ou inconsciente de determinados temas, por parte do entrevistado.

Daqui resulta, também, a necessidade e o interesse de se organizarem os dados de modo a proporcionarem um cálculo de frequências ponderadas e percentagens (não excluindo cálculos mais complexos como a análise factorial e de contingências).

Na «análise avaliativa», que serve essencialmente para o «estudo das atitudes da fonte relativamente a determinado objecto» (VALA, 1986, p. 119), parte-se da hipótese de que “a linguagem representa e reflecte directamente aquele que a utiliza”, o que permite que nos contentemos “com os indicadores

manifestos, explicitamente contidos na comunicação para fazer inferências a respeito da fonte da emissão” (BARDIN, 1977, p. 155).

Nas «análises estruturais», o que se visa é «permitir inferências sobre a organização do sistema de pensamento da fonte implicado no discurso que se pretende estudar” (VALA, 1986, p. 120), a partir do estudo estatístico das associações ou dissociações das categorias (no estudo de um diário, por exemplo, e em função de determinadas unidades de contexto – o dia, a semana...).

Apresentação, discussão e interpretação dos dados

A apresentação final não obedece a figurinos. Na sequência da proposta de um equilíbrio entre a análise quantitativa e a qualitativa, a apresentação poderá ser feita, por um lado, com base em tabelas, quadros sinópticos e matrizes que revelem o sistema de categorias e suas particularidades; por outro lado, julgamos fundamental não perder o carácter descritivo, verdadeiramente qualitativo, recorrendo às necessárias citações (as unidades de registo ou de contexto).

Noutro lugar dissemos que a função dos recortes das citações «não é simplesmente de ilustração; eles têm, ainda, e sobretudo, três funções fundamentais: retórica, analítica e probatória. Na função retórica, os recortes, de facto, ilustram, exemplificam e emprestam maior ênfase aos comentários; na função analítica, muitas das citações passam a ser objecto de análise detalhada,

tendo em conta determinadas características dos contextos, dos autores, da afirmação, etc., e podem servir para análises comparativas; na função probatória, pretendem tornar «verosímeis» as afirmações e conclusões que se retirem de um conjunto de dados» (AMADO, no prelo). Estas citações, a par de eventuais dados quantitativos (VIEIRA, 1999), permitirão, de facto, elaborar as inferências pertinentes e que tornam significativos (numa “segunda significação”, como diria BARDIN) os dados e os seus contextos.

A fase interpretativa deve apoiar-se em todo o trabalho precedente, o que lhe permitirá ter em conta, quantitativa e qualitativamente, todo o tipo de relações que estabelecem os diferentes temas: causas, alternativas, justaposições, oposições, avaliações, etc. Esta fase é o momento da passagem do “paradigma da autoridade do texto”, para o “paradigma da autoridade do leitor” (RODRIGUES, 1998, p. 174).

A que nível de interpretações deve chegar a análise? Onde deve parar? «Para o investigador, a análise nunca está acabada, suficientemente completa. As zonas de sombra inquietam-no tanto quanto o sentido escondido e o mais fundamentado das suas deduções; mas a marcha da análise é limitada pelas possibilidades práticas» (CLAPIER-VALLADON, 1980, p. 149), pelo quadro teórico e pelos objectivos.

O esquema da Figura 1, da autoria de KRIPPENDORFF (1990, p. 40), sugere a estrutura das relações entre os diversos conceitos base da A.C. e mostra como a análise resulta numa verdadeira construção realizada pelo analista:

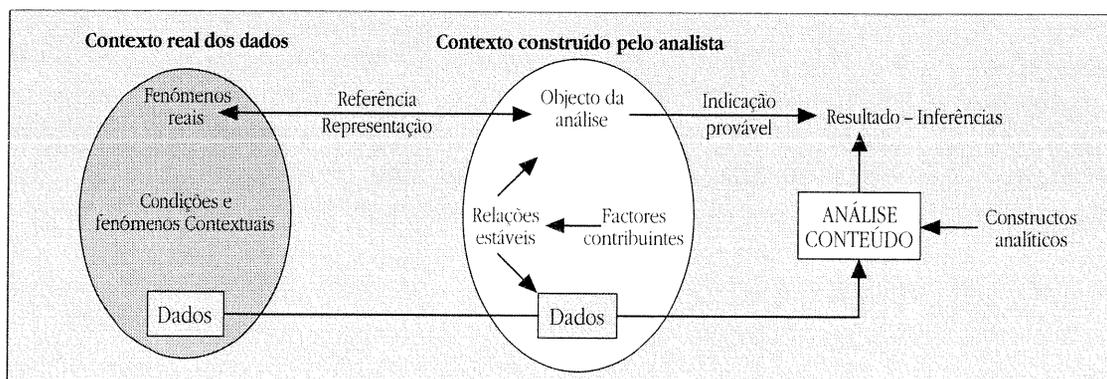


Figura 1 – Padrão de referência para a Análise de Conteúdo.

Como se vê, e utilizando o comentário do autor, “os dados encontram-se dissociados da sua fonte ou das suas condições contextuais e são comunicados de modo unidireccional ao analista. Este situa os dados num contexto que ele constrói baseado no seu conhecimento das condições circunstanciais dos dados, incluindo o que ele deseja conhecer acerca do objectivo da análise. Os seus conhecimentos sobre as relações estáveis dentro do sistema de interesse são formulados como construções analíticas que lhe permitem fazer inferências de acordo com o contexto dos dados. Os resultados da A.C. devem representar alguma característica da realidade, e a natureza dessa representação deve ser, em princípio, verificável” (KRIPPENDORFF, 1990, p.39).

Este período inferencial, interpretativo, será tanto mais rico quanto o analista-investigador fizer intervir outros elementos significativos para a contextualização da palavra, para conhecimento das suas condições de produção — elementos que podem decorrer de minuciosas notas de campo de uma observação participante; como diz PAIS (1993, p. 86), “frente aos cadáveres das palavras escritas é possível descobrir, nomeadamente através da observação participante, a riqueza inesgotável da palavra sonora, o seu uso conflitivo em *contextos situacionais e referenciais* próprios”. Coloca-se aqui a questão da relação entre o discurso (interpretação) de quem analisa e interpreta e o discurso analisado. Seguindo as propostas da fenomenologia de Schutz (1993), há um saber de 1ª ordem, ou seja, o saber daqueles que concedem a informação básica e o material de trabalho em análise; e há o saber do analista, de 2ª ordem, elaborado a partir daquele. Nessa elaboração há que respeitar os três postulados seguintes:

- *O postulado da consistência lógica* – o saber de 2ª ordem deve ser estabelecido de forma clara e compatível com o princípio da lógica formal.
- *O postulado da interpretação subjectiva* – os constructos de segundo grau devem sempre ter em conta a interpretação dos comportamentos feita pelos seus autores.

– *O postulado da adequação* – deve haver consistência entre os constructos da 1ª e da 2ª ordem.

Não é um processo fácil, a elaboração de constructos teóricos, (categorias, subcategorias) que sejam féis ao pensamento dos «informadores» (e ou às vivências observadas), e que, sem serem uma mera descrição ou tradução resultem num «escrutínio sistematizante» que ofereça reais contributos para o saber que queremos ajudar a construir. Não é um processo fácil, ainda, na medida em que é necessário saber pôr de parte muita coisa (em especial o encadeamento lógico do discurso dos outros, ou o enredo de uma descrição fascinante da vida em diário ou cadernos de notas). Uma perda, provavelmente inevitável, em troca da descoberta de sentidos ocultos e interpretativos que a recomposição dos fragmentos, em *puzzles* temáticos, proporciona como resposta às questões teóricas que, simultaneamente, vamos colocando.

Contudo, talvez a maior das dificuldades deste processo seja, como também já o disse, «a necessária aprendizagem e consequente prática de técnicas, concepções e atitudes que põem em causa toda uma concepção tradicional e positivista da Ciência» (AMADO, no prelo)...

Conclusão

A.C. é um processo empírico utilizado no dia a dia por qualquer pessoa, enquanto *leitura e interpretação*; mas, para se tornar numa metodologia de investigação científica, tem de seguir um conjunto de passos que lhe dão o rigor e a validade necessária; por outro lado, trata-se de uma técnica muito dependente do treino, persistência e experiência do investigador. É consensual a aceitação de que estamos diante de um processo adequado à análise de dados qualitativos, em que o investigador quer apreender e aprender algo a partir do que os sujeitos da investigação lhe confiam, nas suas próprias palavras, ou que o próprio investigador regista no seu caderno de campo durante uma observação

participante, ou, ainda, a partir de documentos escritos para serem analisados ou retirados de qualquer arquivo.

No entanto há dois aspectos que importa sublinhar; o primeiro é necessidade de uma constante atenção ao processo, com uma clara explicitação dos passos, critérios e decisões que se vão tomando (POIRIER *et al.*, 1999); isto é tanto mais fundamental, para evitar equívocos, quanto qualquer comunicação pode ser analisada e classificada segundo diferentes perspectivas, pontos de vista e sistemas de categorias (RODRIGUES, 1998).

O segundo aspecto diz respeito ao equilíbrio entre a vertente “tecnológica”, quantitativa e a qualitativa e fenomenológica. Na medida em que a categorização permite a descrição precisa, sistemática e não vaga ou anedótica do material em causa, ela não deve levar a uma construção que, obcecada com o cálculo, ou enredada em abstrações, leve a perder de vista a natureza (por vezes viva e dramática) dos documentos tratados, as representações e fenómenos interactivos que eles possam traduzir. Há, portanto, que evitar o peso excessivo da dimensão quantificadora em detrimento da análise qualitativa, interpretativa. E se esta não se pode reduzir a uma simples ilustração das categorias, subcategorias e indicadores (como, também, frequentemente acontece), não pode, por outro lado, limitar-se a simples e longas transcrições que, além do mais, não facilitariam, só por si, o entendimento dos conteúdos latentes, do «interaccionismo dos fenómenos» e das condições de produção da mensagem.

Bibliografia referida

- AMADO, João – *Interacção Pedagógica e Indisciplina na Aula*. Porto: Edições ASA (no prelo).
- BARDIN, Laurence – *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERELSON, Bernard – Content Analysis. In Lindzey & Aronson, *Handbook of Social Psychology*. Reading: Addison-Wesley, 1954.
- BLUMER, Herbert – *El Interaccionismo Simbólico: Perspectiva y Metodo*. Barcelona: Hora, S.A., 1982.
- BRENNER, M., BROWN, J., & CANTER, D. – *The Research Interview*. London: Academic Press, 1985.
- CLAPIER-VALLADON, S. - Enquête Psycho-social et son analyse de contenu. *Psychologie Française*, Tome 25, nº2, 1980, pp. 149-160.
- D'UNRUG, M. C. – *Analyse de contenu et acte de parole*. Paris: Delarge, 1974.
- DAVAL, R. – *Traité de Psychologie Sociale*, Tomo 1, Paris, P.U.F., 1963.
- ERICKSON, Frederic. – Metodos cualitativos de investigacion sobre la enseñanza. In Wittrock, M. (Ed). *La Investigación de la enseñanza* (II vol., pp. 195-301). Barcelona: Paidós-MEC., 1989.
- ESTRELA, Albano – *Teoria e Prática de Observação de Classes*. Lisboa: INIC, 1974.
- ESTRELA, Teresa & ESTRELA, Albano – *A Técnica dos Incidentes Críticos no Ensino*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- GHIGLIONE, R. & MATALON, B. – *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora, 1992
- HAMMERSLEY, M. & ATKINSON, P. – *Etnografía - Métodos de investigación*. Barcelona: Paidós, 1994.
- HENRY, P. & MOSCOVICI, S. – Problèmes de l'analyse de contenu. In *Langages*, Sept., 1968.
- HOGENRAAD, R. – *Notes de Recherche I: Contenus Mentaux et Analyse de Contenu*. Louvain-la-Neuve, Faculté de Psychologie et de Scences de l'Éducation, 1984.
- HOLSTI, O. R. – *Content analysis for the social sciences and humanities*, Boston: Addison Wesley, 1969.
- KRIPPENDORFF, Klaus – *Metodologia de análisis de contenido - Teoria e práctica*, Barcelona: Paidós, 1990.
- LASSARRE, D. – L'Analyse de Contenu, *Psychologie Française*, tomo 23, nº3-4, 1978.
- LASSWELL, H. e LEITES, N. – *The language of politics: studies in quantitative semantics*. Nova Iorque: G. Stewart, 1949.
- MARCONI, M. A. – *Técnicas da pesquisa*, S. Paulo, Atlas, 1988.

- MOSTYN, B. – The Content Analysis of Qualitative Research Data: A Dynamic Approach. In Brenner, M., Brown, J., & Canter, D., *The Research Interview*, (pp. 115-146). London, Academic Press, 1985.
- PAIS, J. Machado – *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- POIRIER, J., CLAPIER-VALLADON, S. & RAYBAUT, P. – *Histórias de Vida*, Oeiras: Celta Editora, 1999
- QUICKE, J. – Learning and Context: constructing an integral perspective. *British Journal of Sociology of Education*, Vol. 17, n.º1, pp. 103-113, 1996.
- RICHARDSON, R.J. – *Pesquisa Social*, S. Paulo, Ed. Atlas, 1989.
- RODRIGUES, Pedro – *Avaliação da Formação pelos Participantes em Entrevista de Investigação*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento não publicada, 1998.
- SCHUTZ, Alfred – *La Construcción Significativa del Mundo Social*. Barcelona: Paidós, 1993.
- VALA, Jorge – A Análise de Conteúdo. In Silva, A. S. & Pinto, M., *Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. Afrontamento, 1986.
- VIEIRA, Ricardo – *Histórias de Vida e Identidades*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.